

DA MODERNIDADE A SUSTENTABILIDADE: A PERPETUAÇÃO DE UM DISCURSO

Gabriel Ferreira de Carvalho

Graduando em Geografia e Meio Ambiente
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
gabriel_fc.90@hotmail.com

Resumo

Há séculos atrás, diversos agentes de um mundo, que ainda não era muito conhecido, nos impuseram o fato de que sem os avanços modernos deles, nunca deixaríamos de ser atrasados. Hoje, esses mesmos agentes voltam a dizer que devido à nossa modernidade o mundo entrará em colapso, que culminará com o fim da existência humana. Para impedirmos isso, precisamos ser de acordo com esses agentes, ecologicamente mais sustentáveis. A partir disso, coloco as questões que gostaria de esclarecer nesta breve pesquisa: que tipo de sustentabilidade estamos procurando? Ou, que tipo de sustentabilidade estamos sendo compelidos a procurar?

Palavras-chave: discursos, modernidade, sociedade de consumo, risco, desenvolvimento sustentável.

FROM MODERNITY TO SUSTAINABILITY: THE PERPETUATION OF A DISCOURSE

Abstract

Many centuries ago, several agents of a world, which wasn't so much known until that moment, imposed us the fact that without their modern advances, we would never stop being underdeveloped. Nowadays these same agents return telling us that because of our modernity the world will get in a break-down that will culminate in the end of the human species. To stop it we need to be, according to according those agents, more ecologically sustainable. Since that, I've put the question that I would like to clarify on this short research: what kind of sustainability are we looking for? Or, what kind of sustainability we've been compiled to look for?

Keywords: speeches, modernity, consume society, risk, sustainable development.

Anteriormente ao século XVI, podemos considerar que a potência hegemônica até então vigente era a China, entretanto, com a inclusão do circuito comercial do Atlântico, o mundo passou a ser explicado segundo uma visão européia, pois esta passou a possuir uma centralidade nunca tida antes, como pode ser visto em Mignolo (2005, p. 2):

(...) a emergência do circuito comercial do Atlântico teve a particularidade (e este aspecto é importante para a idéia de "hemisfério ocidental") de conectar os circuitos comerciais já existentes na Ásia, na África e na Europa (rede comercial na qual a Europa era o lugar mais marginal do centro de atração, que era a

China, e que ia desde a Europa até as “Índias Orientais”) (Abu-Lughod, 1989; Wolff, 1982), com Anáhuac e Tauantinsuiu, os dois grandes circuitos até então sem conexão com os anteriores; separados tanto pelo Pacífico como pelo Atlântico.

A visão de mundo que se instaurou nos europeus que aqui chegaram, de acordo com Quijano, criou uma austeridade, onde a terra (América Latina) seria pouco populosa e possuía uma natureza exuberante e aquela raça de ameríndios é parte da paisagem e raças não caucasianas foram subalternizadas, sendo relegado aos negros, pardos e índios todo o trabalho pesado da produção, segundo Quijano (2005, p. 1):

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América¹. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

A partir daí é criada uma condição racional que subalterniza quem não é do poder, ao mesmo tempo em que gera uma elasticidade do conceito de raça, já que, partindo de um modelo cultural, passa-se a utilizar o mesmo para designar um modelo conceitual.

Portanto, podemos considerar que houve uma contaminação das ciências sociais pelas ideologias geopolíticas. Através da exploração de suas colônias, os países europeus, puderam financiar movimentos como o Iluminismo e as Revoluções Industriais. Movimentos estes que lutavam pela emancipação do homem europeu e branco, ao mesmo tempo, criavam formas de justificar a imensa exploração dos recursos não apenas naturais, mas também humanos, contribuindo para uma degradação social que se reflete até os dias de hoje.

A construção do Ocidente

Esses movimentos criaram as bases culturais para o que foi chamada modernidade européia, ou seja, uma cultura só seria moderna se tivesse um total domínio sobre a natureza, fosse racionalista e promovesse a emancipação do ser humano.

¹ Sobre esta questão e sobre os possíveis antecedentes da idéia de raça antes da América, o autor remete a Quijano (1992b).

Segundo Dussel (2005), a história do desenvolvimento europeu passou a ser imposta como algo bom para todos os povos e estes, caso não possuíssem todas as características da modernidade européia, seriam considerados atrasados e, portanto, teriam obrigatória e linearmente que passar por tudo o que os países europeus passaram para atingir esse padrão de desenvolvimento. Foi instaurada uma centralidade européia durante a construção de um discurso, que colocava a Europa como centro de referência não apenas físico, mas também cultural, tecnológico, político e econômico e isso se manifesta durante a construção do mapa mundi.

Como definição do conceito de hegemonia, segundo Arrighi (1996, p. 27), refere-se à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governança sobre um sistema de nações soberanas, em uma combinação de consenso e coerção, e podendo adicionar o fato dessa liderança ser entendida como a busca de um bem geral.

Sabendo disso, podemos concluir que, para Rua (2007, p. 160), a ocidentalização do mundo é um projeto construído e mantido até os dias atuais por potências hegemônicas e seus agentes, ao projetarem o seu modo de entender para todos os povos conquistados.

Com o passar dos séculos, a modernidade, segundo o padrão ocidental, e de acordo com Hall (1992, p. 57) não é o ocidental geográfico e, sim, um ocidental ideológico. Ao falarmos de ocidente, estamos nos referindo a uma sociedade desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna, que foi absorvida, às vezes, por meio da força, por todas as sociedades, mas não de forma igual. Cada região possuía as suas especificidades e limitações para receber uma nova cultura e, principalmente, um novo modelo econômico.

Essa modernidade capitalista teve seu auge durante o modelo “fordista” de produção, caracterizado por uma produção em massa para um consumo de massa, onde o próprio modelo de acumulação seria suficiente para se auto-sustentar. Podemos ver, neste aspecto, o início de um pensamento liberal, pois afirma que o Estado deve apenas corrigir os pequenos desvios do sistema.

Esse modelo de regulação econômica visava dar tempo para os funcionários produzirem, descansarem e terem lazer, que, numa sociedade capitalista, significa consumir. No final, os trabalhadores consumiriam os produtos que eles mesmos produziram, sempre realimentando o processo produtivo.

A formação de um desenvolvimento desigual

Embora o “fordismo” represente os anos dourados da expansão do capitalismo, apresentava dois problemas: o primeiro diz respeito à natureza ser unicamente encarada como recurso a ser sempre mais e mais explorado e, gradativamente, esse recurso se tornará cada vez mais escasso. Afinal, existe cada vez menos áreas para o capital se expandir e nem todos os recursos naturais da Terra são renováveis; o segundo é menos estrutural que o primeiro, é a possibilidade da existência de crises, principalmente, referente à super produção, o que encerraria o ciclo de auto-alimentação.

A crise de 1929 foi a primeira grande crise do capitalismo “fordista” e esta revelou como o mundo já estava dependente dos Estados Unidos, tanto para a exportação de suas matérias primas, quanto para a importação de produtos industrializados.

Após ser superada a Crise de 29, seguiram-se 40 anos de expansão econômica por parte dos países de “fordismo” central, até que com o final do regime comunista, deixa de ser necessário qualquer tipo de regulação estatal para proteger as classes hegemônicas da perda dos seus privilégios.

Por esse motivo, passam a ser incentivadas uma série de medidas econômicas visando uma menor intervenção pública na economia. Esse período passou a ser conhecido como neoliberalismo

Para tentar minimizar os riscos dessas crises de superprodução, no início dos anos 70, substitui-se a economia de escala, característica do “fordismo”, onde a produção regulava a venda, por uma economia de tipo “Just in Time”, onde a venda passa a regular a produção, tendo como meta principal a busca de mercados ainda não saturados.

Por muitos anos, inúmeros países hegemônicos adotaram a teoria neomalthusiana como forma de omitir o problema estrutural do capitalismo, a impossibilidade material e física de se expandir de maneira ilimitada.

Concordando com Martine (1993), é muito fácil responsabilizar as políticas públicas por não conterem uma expansão populacional nos países pobres, que conseqüentemente gerará uma maior pressão sobre os recursos naturais, quando, na verdade, num contexto geral, estes não podem ser responsabilizados por parte significativa da degradação ambiental.

Utilizar a argumentação neomalthusiana é muito mais simples, do que considerar uma reestruturação do modelo produtivo, que conseqüentemente incluiria uma redução de lucros e uma maior distribuição de renda, reduzindo, assim, as assimetrias entre as classes sociais. É por este motivo que podemos considerar esse modelo “Just in Time” apenas um reajuste da forma de acumulação.

Esta nova economia é uma representação da economia de acumulação flexível, grande geradora de pressões sociais sobre o Estado, gera demissões como forma de abaixar os custos com mão-de-obra, principalmente, à desnecessária, ou seja, a que não possui especialização e se torna dispensável em função do avanço tecnológico, e a que não participa diretamente do processo produtivo da criação dos bens. Tal fato eleva os índices de mais-valia extraídos.

Com o passar do tempo, a elevada rotação de trabalhadores que este tipo de economia gera, principalmente, a do setor informal ou terceirizado, foi, gradativamente, gerando uma perda dos direitos legais, seja por causa da desarticulação sindical ou mesmo da desistência, para se tornarem mais competitivos e assim ter mais vantagens na hora de lutar por um trabalho que lhes pague o suficiente para se integrarem mesmo que, precária e marginalmente no ciclo da economia.

Esse processo também é evidenciado através da formação de uma massa ou exército de desempregados, que antigamente se reintegravam aos ciclos da economia rapidamente, mas hoje em dia não estão conseguindo ser reincorporados na mesma quantidade e velocidade. Sendo necessário por

parte destes, a integração, praticamente forçada, em subempregos, informais, como camelos, ou como empregados terceirizados onde não há um vínculo rígido de trabalho e em um submercado que através de cópias de pior qualidade simulam os produtos que no imaginário social, todos desejam.

O desenvolvimento na sociedade de riscos

Para que o Terceiro Mundo se desenvolvesse, seria necessário que este tivesse tecnologias modernas européias, racionalizasse o conhecimento e tivesse total domínio sobre a natureza, para que no fim pudesse melhorar e transformar esta natureza para, posteriormente, poder revender a outros como um produto altamente necessário.

Para atingir tal nível de desenvolvimento e modernidade, seria válido, desde a total degradação dos recursos naturais até a degradação social da população, pois o bem da nação estava acima de qualquer indivíduo.

Como essas tecnologias modernas eram extremamente caras, os países, que pretendiam se desenvolver, precisavam exportar suas matérias primas para conseguir divisas para importar o maquinário das primeiras revoluções industriais. Assim, haveria uma queima de etapas, importando uma tecnologia que, para nós, não era necessariamente essencial, ou seja, passamos a usar uma tecnologia símbolo do desenvolvimento de uma cultura como se fosse nosso também.

Entretanto, por essas tecnologias não serem desenvolvidas para os padrões nacionais, elas criaram, ao longo do tempo, uma série de problemas tanto de base social como ambiental, que são, ainda hoje, possíveis de se evidenciar em nossa sociedade.

Beck (1986) procura explicar a contemporaneidade como uma sociedade de riscos, e particularmente de riscos criados por ela mesma e o seu modelo de desenvolvimento, já que, essas novas tecnologias podem criar novos problemas tanto sociais (tecnologias poupadoras de mão-de-obra e geradoras de desemprego), quanto ambientais (ineficientes e que desperdiçaram matérias-primas).

Contudo, novas tecnologias podem ainda nos revelar alguns outros riscos que nunca saberíamos da existência se não tivéssemos acesso a determinadas informações. Como por exemplo, podemos citar o caso do aquecimento global, problema este que, em todos os discursos hegemônicos, coloca todas as pessoas da humanidade como culpadas, principalmente, as dos países pobres, pois estes utilizam tecnologias pouco eficientes.

Em função da crescente degradação ambiental, os agentes hegemônicos, pensando numa forma de não comprometer seus lucros futuros, começaram a procurar formas de minimizar os impactos ambientais através do uso de tecnologias mais eficientes ou sustentáveis, apenas com um ajustamento tecnológico.

Sendo assim, sutilmente, foram sendo impostos projetos que visam um esverdeamento da produção contendo o desperdício de matérias-primas e, no caso das grandes cidades, nos foi paulatinamente colocada a necessidade do plantio de mais árvores, pois estas cidades degradaram muito o meio ambiente para serem construídas, quando na verdade, omite-se que os projetos de cidades nos foram impostos por nações hegemônicas, como sendo os símbolos do seus projetos de modernidade.

Esta busca pela maior eficiência possível, praticamente procura nos induzir a acreditar que, depois que o problema das emissões de carbono no planeta estiver contido, o mundo será um lugar melhor para toda a humanidade viver e, portanto, todo o tipo de intervenção e controle do espaço deve ser tomado no presente caótico e decadente, para que, num futuro distante e bom, todos possam desfrutar de uma melhor condição de vida.

Entretanto, nesses projetos de criação de sociedades futuras, mais uma vez, não é mencionada nenhuma alteração do modo de produção capitalista, que por mais eficiente que seja vai continuar produzindo desigualdades sociais e tendo problemas estruturais, que apenas serão adiados.

A partir disso, criou-se o conceito de sustentabilidade ambiental, que ao surgir, trouxe consigo todos os discursos hegemônicos embutidos. Ao pensarmos desenvolvimento sustentável da forma como ele nos é cotidianamente apresentado, estamos legitimando um discurso hegemônico e,

principalmente, economicista, pois o desenvolvimento nos moldes da modernidade ocidental é primeiramente econômico. Isso não foi modificado quando apenas incluiu-se o termo sustentável.

O desenvolvimento sustentável foi a melhor forma de manter os problemas estruturais do capitalismo apenas transformando-os ou desviando a atenção para outros. Da forma como este desenvolvimento nos está sendo apresentado, o mesmo é insustentável.

É necessário que a sociedade pense em modelos de ruptura com o sistema atual para que possam surgir alternativas mais apropriadas para uma mudança gradativa. Entretanto, a noção de sustentabilidade foi apropriada pelos setores hegemônicos e esses agentes têm muito mais poder para dizer o que é o que não é um desenvolvimento sustentável, variando apenas de acordo com os pontos de vista que defendem.

De acordo com Acseirad (2001, p. 29) abriu-se uma luta simbólica pelo reconhecimento de quem tem a autoridade para falar sobre o desenvolvimento de maneira sustentável.

A sustentabilidade como utopia

De acordo com Acseirad (2001, p. 27):

Diversas matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade desde que o Relatório Brundtland a lançou no debate público internacional em 1987. Dentre elas, podem-se destacar a matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao “espaço não-mercantil planetário”; da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”; da equidade, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; da auto-suficiência, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; da ética, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de bem e de mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta.

Sabendo disso, é possível afirmar que o desenvolvimento sustentável é uma utopia (Harvey, 2004), pois caso esses cinco requisitos (eficiência, escala, equidade, auto-suficiência e ética) sejam atendidos, a sociedade como um todo

se transformaria, mas como toda utopia, ao ser espacializada perderia o seu conteúdo de crítica à sociedade, já que, seria apropriada por algum grupo.

Considerações finais

Se pudermos considerar a modernidade uma utopia espacial e desenvolvimentista, que foi reforçada no “fordismo” e caiu em descrédito, devemos usar a categoria da sustentabilidade como um conceito utópico espaço-temporal, ou seja, categoria norteadora de questionamentos sociais para a criação de diferentes modos para se compreender e (re)pensar o mundo em que vivemos, mas principalmente o mundo em que queremos viver, ampliando a construção de negociações entre os diversos sentidos em disputa desse conceito tão pouco debatido.

Nessa época em que se busca cada vez mais a livre circulação de mercadorias e capitais, vamos lutar para que a circulação de todos os tipos de informações possa alcançar a todas as pessoas, integrando estas não apenas economicamente de forma precária, mas sim de forma justa e digna aos circuitos sociais, políticos e culturais.

Referências:

- ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso espaço tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco*: Rumo a Uma Nova Modernidade. Buenos Aires: PAIDÓS, 1998.
- CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 105-132.
- DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: SCHECH, Susane; HAGGIS, Jane. **Development**: a cultural studies reader. Oxford (RU); Malden(EUA): Blackwell, 2002. p. 56-64.



HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. *In*: MARTINE, George (Org.). **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Verdades e Contradições**. (1993). Campinas: Unicamp, 1993. p. 21-41.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: RUA, João (Org). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidade: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: PUC - Rio, 2007. p. 143-193.